

Entrevista com Sidney Antônio da Silva

Interview with Sidney Antônio da Silva
Entrevista a Sidney Antônio da Silva

Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno – PPGAS/UFAM¹
Sílvia Katherine Pacheco Teixeira – PPGAS/UFAM²

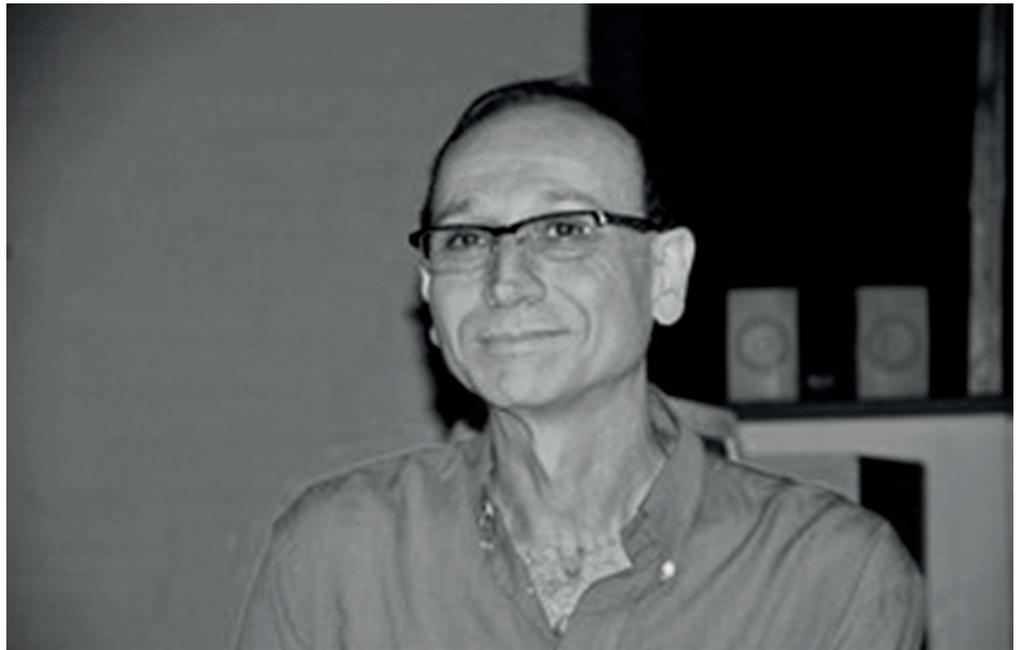


Foto: Arquivo pessoal de Sidney Antônio da Silva

Sidney Antônio da Silva é pesquisador da área de antropologia urbana, dedicando-se especialmente aos seguintes temas: migrações, identidades, fronteiras, práticas culturais urbanas, políticas públicas e religiosidades. Desde 2008 é docente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) e atualmente coordena o grupo de Estudos Migratórios na Amazônia - GEMA, que integra a rede de pesquisa do Instituto Brasil Plural: Migrações no Brasil contemporâneo: fluxos, processos sociais e gênero. É um dos pioneiros dos estudos de migrações hispano-americanas no país, com pesquisas destacadas sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo, na década de 1990.

Ítala Nepomuceno: Como e quando, em sua trajetória acadêmica, a antropologia urbana despertou o seu interesse? Por quê?

Sidney Antônio da Silva: Na verdade, o interesse para diferentes temáticas urbanas surgiu quando eu ainda era militante da Pastoral do Migrante em São Paulo, no início da década de 1980. Naquele

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM.

momento, o tema das migrações era o foco dessa pastoral, que chamava a atenção para o denominado fenômeno do êxodo rural, fenômeno esse que transferiu milhões de pessoas para o meio urbano, estimuladas, por um lado, pela industrialização que oferecia empregos com baixa qualificação e, por outro, pela concentração da terra no campo e o avanço da monocultura, ensejando a migração temporária. Uma das questões que preocupava a referida pastoral era a inserção desses migrantes no contexto urbano, seja do ponto de vista religioso, social, econômico e político. Nessa época, lembro-me da leitura do trabalho da antropóloga Eunice Durham, *A caminho da Cidade* (1978), cujo foco era entender o processo de passagem dessas populações do rural para o urbano. Ou seja, quais seriam as condições de inserção do migrante na cidade, já que num contexto burocratizado ele podia contar apenas com o apoio de suas redes familiares e de amizades.

Orientada pelo ideário da Teologia da Libertação, a Pastoral do Migrante buscou fazer um trabalho de base em algumas áreas da periferia de São Paulo, particularmente nas Zonas Sul e Leste da cidade, formando as denominadas Comunidades Eclesiais de Base. Nessa perspectiva, o engajamento religioso passava necessariamente pelo engajamento político, buscando cobrar do poder público soluções para problemas de bairros periféricos, como o do transporte coletivo, educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, entre outros.

Contudo, o meu interesse pelo tema das migrações internacionais se deu no início de 1990, quando conheci a problemática dos bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. Nesse momento, assumi a direção do Centro de Estudos migratórios, cuja preocupação se voltava, por um lado, para o fenômeno da emigração, a saber brasileiros no exterior e, por outro, pelos Sulamericanos no Brasil, particularmente, bolivianos, uma presença ainda não estudada pelos migrantólogos da época. Os estudos de então se voltavam para os refugiados políticos do Cone Sul, que por sua vez eram também migrantes econômicos. Naquele momento, a presença boliviana em São Paulo, embora já significativa do ponto de vista demográfico, era desconhecida pela academia. Foi então que o tema de costureiros (as) bolivianos passou a fazer parte das minhas reflexões antropológicas, procurando entender o processo de inserção deles na metrópole paulista, enfrentando os desafios da exploração de sua mão de obra pelos donos das oficinas de costura, sejam eles coreanos, brasileiros, ou pelos próprios compatriotas. Embora a questão da reprodução econômica tenha ocupado uma posição de destaque na primeira pesquisa, o foco central era o processo de reconstrução identitária num contexto de discriminação étnica, social e cultural. Para entender esse processo, os textos de Erving Goffman (*Estigma*, 1975) e de Roberto Cardoso de Oliveira (*Identidade, Etnia e Estrutura Social*, 1976), foram fundamentais para uma leitura que fosse além das interpretações economicistas da migração. O resultado dessa pesquisa foi publicado em 1997 sob o título de: *Costurando sonhos, trajetórias de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. Como toda pesquisa é incompleta, dei continuidade aos estudos migratórios, ainda com o mesmo grupo étnico, porém, voltado para a dinâmica cultural desse grupo, a saber, o seu variado calendário de festas devocionais e sociais. Foi a partir dessa temática que mergulhei na discussão da festa como um fenômeno social total, possibilitando-me fazer várias leituras sobre a dinâmica urbana e da migração boliviana em São Paulo. O resultado dessa pesquisa foi publicado em 2003, intitulado: *Virgem/Mãe/Terra/festas e tradições bolivianas na metrópole*.

Sílvia Katherine Pacheco Teixeira: Você destacaria algo especial ou desafiador na antropologia urbana e nos estudos de migrações feitos na Pan-Amazônia?

Sidney Antônio da Silva: Na Amazônia e, particularmente, em Manaus, os desafios para se pensar o urbano são os limites de categorias usadas pela antropologia urbana em outros contextos, como grandes metrópoles, entre elas, São Paulo, Rio de Janeiro, pois na Amazônia é preciso atentar para marcadores da vida social, como as noções de tempo e de espaço. Com relação à primeira, as grandes distâncias percorridas pelos rios são contabilizadas em dias e não em horas. Portanto, sabe-se a hora da partida, mas não a da chegada ao destino, pois a viagem depende das condições meteorológicas, que podem variar durante o percurso. A relação com o espaço também é diferente,

se comparamos com outras cidades brasileiras, em geral divididas em quadras e ruas bem traçadas e com nomes visíveis. Em Manaus, por exemplo, a identificação dos locais de moradias se dá, em geral, pela indicação de uma referência, como uma praça, uma escola, um comércio, uma igreja, já que não há nomes de ruas fixados de forma visível. Como a cidade foi sendo feita pela iniciativa da população, ocupando áreas de preservação, franjas e margens de igarapés e rios, sem a presença do poder público, o traçado de ruas e quadras também não segue o padrão clássico de urbanização do chamado quadrilátero retilíneo. Outra diferença é a relação com o espaço público, pois a calçada pode ser uma extensão da casa, onde os moradores do local colocam cadeiras e permanecem apreciando o movimento da rua no final do dia, oportunidade para bater um papo com vizinhos, ou em outros casos, para se colocar uma bancada para se vender algo, em geral, comidas. Nesse sentido, a sociabilidade ainda se dá a partir da interação direta com os vizinhos do pedaço, e não exclusivamente através de redes sociais, comum em grandes centros urbanos e, particularmente, entre os mais jovens. Portanto, na Amazônia um dos desafios à antropologia urbana é repensar categorias utilizadas para se pensar a dinâmica urbana em outros contextos, as quais apresentam limites para a compreensão de relações sociais, mediadas, muitas vezes, por práticas culturais locais. É preciso levar em conta, portanto, as diferentes escalas e especificidades locais.

Já o tema das migrações apresenta-se de forma desafiante, pois, além da já conhecida mobilidade de migrantes limítrofes entre os países que compõem a Região Amazônica, a partir de 2010, essa região passou a ser a entrada de milhares de haitianos (as), que buscavam no Brasil uma oportunidade para a reconstrução de suas vidas, em razão do terremoto que afetou severamente o Haiti, sobretudo, a capital, Porto Príncipe. Com a chegada destes imigrantes, o desafio era encontrar categorias capazes de explicar este novo movimento migratório em direção ao Sul. Seriam eles refugiados, imigrantes laborais, imigrantes temporários ou definitivos. Enfim, esta presença exigia encontrar novas categorias que pudessem ajudar na compreensão desta imigração, já que o Haiti é um país transnacional há muito tempo e as migrações fazem parte de sua história socioeconômica, o qual foi sendo empobrecido ao longo do tempo em razão de interesses externos. Vale ressaltar que no Amazonas foi a sociedade civil, liderada pela Pastoral do Migrante, que arcou com o ônus da acolhida de milhares de haitianos, já que os governos locais pouco fizeram para atender as demandas mais urgentes naquele momento da chegada deles.

Na sequência, temos a chegada de venezuelanos pela Fronteira Norte (Roraima) e, nesse caso, vimos um processo inverso do que ocorreu com os haitianos, ou seja, temos a militarização da acolhida com o apoio de agências da ONU. Com a chegada dos indígenas Warao em Manaus, no final de 2016, temos novamente temos a disputa de categorias pelo Estado brasileiro e pelas agências humanitárias internacionais para atribuir-lhes um estatuto legal. Seriam eles refugiados por razões políticas ou econômicas, simplesmente venezuelanos ou indígenas com direitos específicos, de acordo com a Convenção 169 da OIT. Para os imigrantes, a saída foi solicitar refúgio como uma forma mais fácil e rápida para se entrar no país de forma legal, porém, com implicações. Era o caminho mais longo já que a análise de pedidos de refúgio demorava meses e até anos para serem deferidos ou não. O visto temporário foi a saída encontrada pelo Brasil para gerir este fluxo migratório. Recentemente, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), reconheceu que estes imigrantes podem ser classificados como refugiados, em razão da generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, fato que significa um avanço, já que esta possibilidade é prevista na lei de refúgio brasileira, lei 9.474/97.

Seja para haitianos ou para venezuelanos, Manaus tem sido um lugar de passagem para outras regiões do Brasil e, até mesmo, para acessar países do Cone-Sul. Nesse sentido, entre os desafios que estas migrações colocam, está o de pensar o fenômeno da mobilidade humana num contexto de constantes mudanças socioeconômicas e políticas, fatores esses que contribuem para uma constante mobilidade espacial. Nesse sentido, como pensar os conceitos de cidadania, participação política, inserção sociocultural, entre outros.

Ítala Nepomuceno: Quais são os seus interesses atuais de pesquisa? Qual tem sido o foco de suas investigações hoje?

Sidney Antônio da Silva: Na atualidade minha atenção se volta para processos de inserção socioculturais de haitianos e venezuelanos, além de refletir sobre a necessidade da construção de políticas públicas, já que a improvisação tem sido uma marca na gestão migratória brasileira. Entre as ações concretas estou empenhado na implantação da Cátedra Sergio Vieira de Melo para refugiados na UFAM. Com relação ao primeiro desafio, tenho focado a questão da inserção religiosa de haitianos em Manaus, particularmente, em igrejas evangélicas pentecostais. Desde o momento da chegada, eles procuram se inserir em igrejas locais, como é o caso da Assembleia de Deus, Família da Colmeia, ou ainda, fundando suas próprias igrejas. No primeiro caso, houve um processo de negociação para ocuparem parte do terreno dessa igreja, onde foi construído pelos haitianos um salão para uso exclusivo deles. Nesse processo de negociação resta saber o que de fato foi negociado ou não, sobretudo, em relação à forma de celebrar deles, já que suas celebrações são marcadas pela música efusiva e gestos performáticos. Outra questão a ser pesquisada é sobre a relação desses imigrantes com suas tradições culturais, entre elas, a do Vodou, prática, essa, negada e combatida por igrejas evangélicas.

Já em relação a políticas públicas, esse é um desafio maior, já que podemos oferecer subsídios para a elaboração das mesmas, mas não temos poder de decisão. Nesse caso, a pressão da sociedade civil organizada é fundamental para a sua construção e efetivação. Já no caso da Cátedra Viera de Melo para refugiados, essa proposta é uma parceria do ACNUR com universidades públicas para viabilizar o ingresso de alunos no ensino superior que tenham a condição de refúgio reconhecida no Brasil. Na UFAM, a instalação da Cátedra está em processo de análise desde o início de 2020 e, infelizmente, com a chegada da pandemia, o processo ficou parado e aguarda um desfecho positivo, já que a demanda de alunos refugiados por cursos tem aumentado de forma expressiva nos últimos anos em Manaus. A implantação dessa política afirmativa beneficia, portanto, a todos, em primeiro lugar, refugiados que terão uma oportunidade de estudo e, em segundo, a própria universidade que se abre para o desafio de acolher a diversidade cultural presente na migração.

Recebido em 29/04/2021.

Aprovado em 01/06/2021.